



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

AGIR JÁ NA ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS

BASTA DE PALAVRAS – PASSEM AOS ATOS

A discussão sobre o Acordo de Salários, Rendimentos e Competitividade, iniciada a 27 de Novembro, prosseguiu em sede de concertação social no passado dia 9 de Dezembro, com uma mudança de estratégia e de tom do Governo, a caminho de uma enorme desilusão.

Conforme a metodologia acordada, todos os parceiros sociais enviaram os seus contributos relativamente ao documento “Concertação Social - Acordo de Médio Prazo sobre Competitividade e Rendimentos”, distribuído pelo Governo.

O contributo da UGT, em linha com a discussão realizada no Secretariado Nacional de 27 de Novembro, procurou responder a dois objectivos: uma primeira reacção às linhas de acção propostas e, de acordo com o repto lançado pelo Governo, uma apresentação de medidas que a UGT entende como urgentes e pertinentes para integrar o Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020).

A UGT reafirmou a centralidade desta discussão, subscrevendo a posição que vem sendo assumida publicamente pelo Primeiro-Ministro, quando afirma que *“Tem de haver um aumento geral do conjunto dos salários. O peso dos salários, no conjunto do Produto Interno Bruto (PIB), deve aproximar-se daquele que existia antes da crise”* e que *“É importante que as empresas se possam robustecer, mas é fundamental que as famílias, que quem trabalha sinta que há maior justiça na distribuição de riqueza (...)”*.

São palavras do Primeiro-Ministro de Portugal, e não podem ser tidas como reivindicações sindicalmente desajustadas mas sim uma constatação da maior justiça social que não podem deixar de ser apoiadas e exigidas por qualquer digno sindicalista ou por qualquer digno cidadão nacional.

Salientámos a urgência de colocar a melhoria dos salários e rendimentos do trabalho no topo das prioridades de política económica e social, atento o seu anémico crescimento, a perda de peso desses rendimentos na riqueza gerada e a insuficiência das políticas que garantam uma mais justa e equitativa distribuição da riqueza.

Desde logo, a UGT expressou preocupação com os desequilíbrios, insuficiências e omissões do documento, mais centrado e concreto nas medidas orientadas para as empresas e a competitividade, do que nas medidas com impactos reais e imediatos para os trabalhadores.

Esta preocupação saiu reforçada da reunião de concertação social de 9 de Dezembro, em que o Governo, à luz dos contributos recebidos, apresentou as medidas que pretende integrar no OE 2020 – tudo para as empresas e o apoio à robustez do tecido empresarial e NADA PARA OS TRABALHADORES – perdão, só para 2022!!!!!!

Os empregadores viram aceites algumas das suas propostas, nomeadamente em matéria fiscal (regime de lucros reinvestidos, tributações autónomas, apoio às PME), inovação, financiamento, capitalização das empresas, redução dos custos de contexto, bem como simplificação e desburocratização da relação com os serviços públicos, o que permitiu vislumbrar uma rara reacção positiva dos parceiros empregadores.

A UGT, que reafirmou as reivindicações aprovadas no Secretariado Nacional de Setembro passado (aumento do número de escalões de IRS, redução das taxas de IRS, revisão dos regimes de deduções e englobamento de rendimentos, aumento de pensões, aumento de IAS e prestações sociais e revisão das suas fórmulas de cálculo, aumento do investimento público e reforço dos serviços públicos), não viu acolhida qualquer das suas propostas para integração no próximo exercício orçamental.

A UGT expressou a sua desilusão com este facto, com a remissão de medidas com impactos directos nos salários e rendimentos dos que vivem do rendimento do seu trabalho, **APENAS PARA 2022**, algo que consideramos inaceitável e inacreditável, visto que desmonta um discurso do Primeiro-Ministro, onde a valorização dos salários era a prioridade, mas que, de forma repentina, ficou relegada para segundo plano.

E tão mais inaceitável se torna quando assistimos a um recuo do Governo quanto a avançar já em 2020 com medidas que reforçassem a “progressividade do IRS” e reduzissem “o peso do IRS sobre os vencimentos da classe média”, conforme afirmado pelo Primeiro Ministro em Novembro.

Que credibilidade merece a Concertação Social para este Governo?

Afinal, a valorização dos salários em Portugal passou de prioridade absoluta no discurso para uma inversão total na prática a favor do apoio às empresas?

E aliada a esta estratégia do Governo, são ainda os funcionários públicos confrontados com um inverosímil aumento salarial de 0,3% para 2020?

Se a governação actual fosse a mesma que liderou o país entre 2011 e 2015, que reacção seria de esperar nas ruas e no Parlamento?

Que dirão os patrões deste País quando o Governo dá um tão miserável exemplo na valorização salarial dos seus próprios trabalhadores? Será que estão disponíveis para sequer discutir referenciais para a negociação colectiva acima de 2,7% em 2020, quando é o Governo que determina para os seus trabalhadores dependentes um aumento de 0,3%?

Mas que seriedade é esta?

Com tais decisões, o Governo do PS parece querer “matar” prematuramente na concertação social qualquer possibilidade de se trabalhar seriamente para a celebração de acordo ou acordos.

A UGT recusa a inversão da lógica de discussão de um acordo sobre política de salários e rendimentos, pela qual o Governo começa novamente por dar apoios às empresas para reforçar a sua competitividade e ignora medidas de fundo que contribuam para o grande desígnio da melhoria generalizada dos salários e dos rendimentos dos portugueses e a convergência nesta área com a UE.

Este tem sido o caminho que conduziu, nas últimas duas décadas, a que a produtividade crescesse 17% e os salários reais apenas 3% (dados fornecidos pelo próprio Governo) e a que a distribuição da riqueza fosse cada vez mais desigual, penalizando os rendimentos do trabalho.

São de saudar a inclusão no OE 2020 de medidas de resposta fiscal às camadas mais jovens e às famílias mais numerosas, mas são medidas pontuais, isoladas e que não dão resposta ao problema que todos sabemos existir e que o próprio Governo assumiu como prioritário para o País.

A UGT tudo fará, junto do Governo e também em sede parlamentar e junto do Senhor Presidente da República para que o OE 2020 seja ainda um orçamento para os trabalhadores, integrando as medidas mais urgentes que defendemos, nomeadamente em sede fiscal, de protecção social e de valorização dos serviços públicos.

O adiamento e o alheamento, por parte do Governo, das suas responsabilidades na promoção de melhores salários e rendimentos do trabalho nos sectores privado, público e social não pode continuar.

Tal como não pode continuar a postura dos empregadores, que anseiam apenas maximizar de forma imediata os seus ganhos e manter os baixos salários como a sua principal alavanca de competitividade.

E, nesse sentido, a UGT considera que, a apresentação pelo Governo das previsões para a inflação e para a produtividade nos próximos anos e o estabelecimento de uma meta de crescimento acima desses dois factores são um ponto de partida para a discussão de possíveis referenciais para a valorização dos salários na negociação colectiva.

Mas se queremos promover um crescimento real de salários e a convergência com os salários da UE, um qualquer referencial terá sempre de se aproximar do que já estabelecemos na nossa política reivindicativa, fixando-se entre os 3-4%.

O que não deve ser, porém, esquecido é que o objectivo central da discussão em sede de concertação social é o da valorização salarial, e este não pode ser usado como simples pretexto para, mais uma vez e sem qualquer equilíbrio, promover a competitividade e atribuir apoios às empresas, como parece estar a verificar-se com o OE 2020, relegando os salários dos trabalhadores para o meio da legislatura, o que nem sequer é sério por parte do Governo.

A UGT está e estará neste processo negocial, como sempre, fiel à sua matriz de diálogo, negociação e de construção de compromissos, mas a **não alteração da lógica que vem imperando em sede de concertação social - e que se arrasta para o OE 2020 – irá condicionar a tradicional atitude de abertura da UGT para um possível acordo de concertação social sobre política de competitividade e apoios às empresas, porque sobre salários e rendimentos parece que estamos conversados.**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. UGT APOIA A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA A MANUTENÇÃO DA TRAJETÓRIA DE PERDA DE PODER DE COMPRA

Os sindicatos da UGT do sector da Administração Pública apresentaram ao Governo um conjunto de propostas tendo em vista o processo de negociação geral anual agora em curso, propostas essas que traduzem as principais preocupações e problemas sentidos pelos trabalhadores que representam, apontando soluções equilibradas e realistas para a respectiva resolução no curto e médio prazo.

Esse equilíbrio e realismo está por isso patente também nas propostas de aumentos dos salários e das pensões entre os 3% e os 4%, **considerando este um ponto de partida negocial que permitiria acordar um valor que não resultasse no décimo segundo ano consecutivo de perda de poder de compra para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública.**

A UGT não pode por isso deixar de condenar a postura assumida pelo Governo quando, perante a abertura negocial dos seus sindicatos, responde com o que só pode ser encarado como um simulacro

de processo negocial, apresentando uma proposta de aumentos de salários de 0,3%, sem actualização do subsídio de alimentação nem do valor das ajudas de custo, e **que pode ser facilmente vista como um sinal de desvalorização do trabalho, dos trabalhadores e, conseqüentemente, dos próprios serviços públicos, e também de que a legislatura que muito recentemente se iniciou ficará marcada por mais um ciclo em que a política de baixos salários continuará a ser o mote para a Administração Pública.**

Torna-se também evidente que nesta legislatura, à semelhança do que sucedeu na legislatura anterior, **o Governo privilegiará a negociação com os partidos políticos, mesmo quando se tratam de matérias que inegavelmente deviam estar enquadradas nos processos de negociação colectiva a desenvolver com as organizações sindicais.**

Se juntarmos a estas questões o facto de se continuarem a agravar os problemas que são transversais a toda a Administração Pública, diariamente sentidos pelos trabalhadores em questões relacionadas com as suas carreiras, com a falta de pessoal, carência de formação, ausência de investimento, entre outras, **estamos perante um cenário em que, inevitavelmente, os trabalhadores da Administração Pública têm todos os motivos para enveredar pelas mais duras formas de luta ao seu alcance**, afirmando desde já a UGT o seu total apoio às acções que os seus sindicatos do sector venham a adoptar tendo em vista a dignificação e a valorização do trabalho e dos trabalhadores, começando pela greve convocada para o próximo dia 20 de dezembro para os hospitais EPE e demais serviços na dependência e tutela do Ministério da Saúde.

Com esta atitude, claramente reveladora de que **o maior empregador do País continuará a promover políticas vincadamente marcadas por uma excessiva obsessão pelo défice, que ofende e desconsidera os trabalhadores e cria um ambiente político propício ao aparecimento de fracturas na sociedade portuguesa.**

A UGT não compreende os motivos que conduziram a que o Governo inverta completamente a lógica tradicionalmente seguida para estabelecer os valores dos aumentos salariais, que utiliza as previsões da inflação prevista e não a verificada, como agora decidiu fazer.

Ao avançar com uma proposta de 0,3% para os aumentos salariais para a Administração Pública, **o Governo parece querer dizer “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”**, dando um exemplo que é péssimo por si mesmo e que, por simpatia, acabará também por condicionar a negociação colectiva em todos os setores da economia nacional.

NA EDUCAÇÃO, HÁ MUITO PARA FAZER

A UGT continua a insistir na necessidade de se actuar rapidamente sobre problemas estruturais que estão identificados na área da educação, de entre os quais sublinhamos:

- Envelhecimento excessivo, quer de docentes, quer de não docentes, registando-se negativamente a ausência de políticas de rejuvenescimento destes profissionais;
- Inaceitáveis índices de mobilidade geográfica e, portanto, de instabilidade de vida pessoal e de precariedade profissional em demasiado tempo da vida profissional dos docentes, não sendo estabelecidos mecanismos que visem promover a estabilidade e a justiça no recrutamento dos docentes, indispensáveis ao regular funcionamento das escolas;
- Elevado desgaste físico e psicológico motivados por tarefas administrativas desnecessárias e pela ultrapassagem sistemática dos limites do tempo de trabalho legalmente estabelecidos, desvirtuando o que deve ser uma conciliação adequada do tempo de vida pessoal e familiar com o tempo de trabalho, e sem que se adoptem medidas que eliminem estas situações;
- Insuficiência de trabalhadores não docentes, tendo como consequência a limitação dos serviços que a escola deve garantir, sem que se assumam orientações que visem atribuir às escolas os trabalhadores indispensáveis para o seu funcionamento;
- Multiplicação de situações de alunos sem aulas, por incapacidade do sistema para lhes garantir o direito a terem aulas em todos os dias do ano lectivo.

A educação precisa de responder a estes desafios, incluindo a necessidade de garantir estatutos remuneratórios adequados.

Para a UGT, é incontornável a aposta na revalorização dos profissionais da educação, docentes e não docentes, das suas carreiras e das suas condições de trabalho.

Para a formulação destas políticas é necessária a convocação de todos os agentes educativos, através dos seus representantes legítimos, aos quais deve ser assegurada a capacidade de intervenção e de reconhecimento dos seus contributos.

Para este trabalho, a Sociedade portuguesa sabe que pode contar com a UGT e com os seus sindicatos.

Mas a UGT e os seus sindicatos também têm de saber se podem contar com o Ministério da tutela e, em particular, com o seu Ministro, para quem o diálogo social nunca pareceu merecer prioridade

durante quatro longos anos de impasses, bloqueios à negociação e incapacidade de assumir compromissos que dignifiquem todos os profissionais do sector.

EM DEFESA DA SAÚDE. UGT EXIGE POLÍTICAS DE INVESTIMENTO E DE VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

É com **forte preocupação que temos vindo a assistir a uma política de cortes indiscriminados, de desinvestimento e de desvalorização dos recursos humanos que faz perigar princípios fundadores do SNS**, como a universalidade a equidade no acesso bem como ainda qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e põe em causa uma das maiores realizações do nosso regime democrático e um dos pilares do nosso Estado Social.

A política de investimento no SNS não tem acompanhado as necessidades reais dos cidadãos, seja na área da prevenção, que deveria ser assente na melhoria dos cuidados de saúde primários através do reforço de investimento nas unidades funcionais existentes, seja no diagnóstico, com o consequente aumento dos meios complementares de diagnóstico disponíveis, como também no tratamento, com o subfinanciamento contínuo das unidades hospitalares.

Os trabalhadores no SNS são profissionais altamente qualificados e com elevado grau de responsabilidade profissional. **Se queremos atrair e reter os melhores destes profissionais no serviço público, temos urgentemente de melhorar as condições de trabalho**; não podemos continuar com profissionais exaustos, mal pagos, cada vez com menor capacidade de conciliação da vida profissional e familiar e, pior, sem sequer um vislumbre do reconhecimento público da existência destes problemas, e muito menos a discussão da resolução destas questões.

A UGT regista a recente aprovação do Plano de Melhoria da Resposta do Serviço Nacional de Saúde, o qual prevê nomeadamente um reforço de 800 M€ no orçamento do SNS, um plano de investimentos plurianual de 190M€ para a modernização da rede bem como ainda a contratação de cerca de 8400 profissionais em 2020/2021.

São medidas necessárias e positivas sendo, em parte, o reconhecimento público de um problema que há muito se arrasta – o da suborçamentação da Saúde.

Porém, **as dotações orçamentais inscritas naquele Plano e na Proposta de OE 2020, são ainda assim insuficientes** para fazer face à recorrente suborçamentação e claramente insuficientes para enfrentar e

responder às necessidades da população e às fragilidades com que se confronta atualmente o nosso SNS, quer em termos de infraestruturas, quer de recursos humanos.

O planeamento do investimento nas infra-estruturas e nos recursos humanos é essencial para uma adequada resposta aos desafios da evolução demográfica do País e da evolução tecnológica, assegurando nomeadamente as melhores condições de prevenção, diagnóstico e tratamentos para os cidadãos.

A UGT entende que **a participação efectiva dos representantes dos trabalhadores na definição de um plano de médio e longo prazo bem como nas políticas de reestruturação do SNS é um elemento central** para a qualidade da Saúde e imprescindível para a promoção de uma política de recursos humanos adequada e de condições de trabalho dignas no sector.

Questões como a valorização de carreiras, as remunerações e a formação profissional são elementos determinantes de uma política de recursos humanos justa e adequada. Também a contagem do tempo de serviço detido na categoria assume especial relevância para estes profissionais, sendo inadmissível que haja trabalhadores com mais de 20 anos de carreira que não vejam respeitados os seus direitos de reconhecimento de tempo de serviço só porque detém um tipo de vínculo diferente dos seus colegas.

Em resumo, **exigimos uma política clara sobre que SNS queremos, discursos políticos coincidentes com acções, e não as promessas vazias que temos tido.**

Exigimos, uma vez mais, **a reabertura das negociações com os sindicatos desta área, que seja um espaço de diálogo efectivo e construtivo** que permita uma aproximação de posições e construção de consensos e não um mero espaço de imposições por parte do Governo.

DEFENDER O PATRIMÓNIO TECNOLÓGICO, A AUTONOMIA ENERGÉTICA E A SOBERANIA NACIONAL

Perante a divulgação pública de que a EDP – Energias de Portugal, S.A. acordou a venda de um portefólio de seis centrais hídricas em Portugal a um consórcio internacional, a UGT lamenta que esta empresa – ator fulcral no panorama económico nacional – continue a apostar na alienação de ativos, denunciando evidente preferência pela sua entrega a investidores estrangeiros, sem aparente benefício ao nível da operação.

Trata-se, afinal, de desbaratar um património valioso que lhe tem conferido crédito e à custa do qual tem conseguido obter financiamento em momentos de carência!

Atos como o agora anunciado empobrecem a empresa, geram instabilidade entre os seus trabalhadores e põem em causa, num setor-chave, a própria soberania nacional.

A UGT exige, por isso, às entidades que têm agora em suas mãos a avaliação das intenções ontem reveladas pela empresa, que façam o seu trabalho com rigor, tendo em conta não os interesses de eventuais “vendilhões do Templo”, mas os verdadeiros interesses do povo português, da economia nacional e do país.

Lisboa, 20 de Dezembro de 2019

Aprovada por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional